

Aula 00 - Prof Lígia Carvalho

*ANVISA - Saúde Coletiva e Direito
Sanitário - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:

**André Rocha, Breno da Silva
Caldas Júnior, Lígia Carvalho
Fernandes, Thaysa Vianna**

19 de Janeiro de 2024

SUMÁRIO

Informações Iniciais.....	2
1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	3
1.1 - Introdução.....	3
1.2 - Seguridade Social.....	3
1.3 - Saúde.....	8
Questões Comentadas.....	16
Gabarito.....	35
Lista de Questões.....	35



INFORMAÇÕES INICIAIS



Depois de todo o contexto relativo à história das Políticas Públicas, finalmente o Sistema Único de Saúde se consolida, juridicamente, na Constituição Federal de 1988 e ganha um espaço só seu na "Seção Saúde".

Para que seu estudo fique completo, fiz a inclusão de dois artigos a mais, relativos à Seguridade Social, visto que algumas questões misturam tal tema e, com isso, você ficará totalmente preparado(a).

As questões de prova são totalmente literais, por isso, você precisa ler e reler cada artigo aqui descrito.

Procurei comentar quase todos os artigos, para que você realmente compreenda o texto jurídico, além da própria decoreba (também necessária)..

Estou à disposição nos contatos abaixo:

E-mail: licarfe@gmail.com

Instagram: <https://www.instagram.com/enfermagemesus>

Youtube: <https://www.youtube.com/@enfermagemesus>



1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

1.1 - Introdução



Depois de todo o contexto de construção do hoje temos por Sistema Único de Saúde (SUS), temos, na Constituição Federal de 1988, o marco legal que chove em prova.

Assim, podemos dizer que a criação do SUS se consolidou pela atual Constituição e existem dois trechos que nos interessam:

SEGURIDADE SOCIAL Artigos 194 e 195	SAÚDE Artigos 196, 197, 198, 199, 200
---	---

É verdade que a maioria dos editais, ao pedirem este tema, focam no bloco "Saúde", mas como o assunto da Seguridade Social está contido em apenas dois artigos e, a SAÚDE faz parte da SEGURIDADE SOCIAL, considero muito importante que inclua este trecho no seu estudo.

1.2 - Seguridade Social

A Seguridade Social é um Sistema de proteção à sociedade, contra riscos dito "sociais", tais, como a FOME, o DESEMPREGO e a DOENÇA.

Dentro da Seguridade Social, temos:

SAÚDE	PREVIDÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL
--------------	---------------------------	---------------------------



GRAVE o mnemônico SPA!!!

Muita atenção, pois *NÃO há relação de subordinação entre eles*, mas de complemento.

Observe algumas características de cada um deles, mas já grave o TERMO

SAÚDE

→ É universal!

Veremos que é **DEVER** do Estado.

Ela não é contributiva ou contributiva de manutenção INDIRETA, por impostos, como o IPTU.

PREVIDÊNCIA SOCIAL:

→ Não é universal!



É para todo aquele que contribui regularmente (*e também para seu dependente*). O desconto é compulsório (*pago diretamente ao órgão*) e pode ser pago à parte pelo cidadão, sem vínculo trabalhista formal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Principais características

→ Não é universal!

O desfrute é para aquele que PRECISA. Ex. Bolsa Família. Existem critérios para o recebimento.

Preste muito atenção ao seguinte: Quanto à contribuição, tem bancas que colocam que ela é NÃO CONTRIBUTIVA *[absolutamente]* e outras apontam que É CONTRIBUTIVA, mas é de manutenção INDIRETA., ou seja, não se paga diretamente a um órgão de ASSISTÊNCIA, mas se tem o direito por pagamento dos impostos.

Partindo desse pressuposto, vamos aos artigos.

Artigo 194

A SEGURIDADE SOCIAL compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos *[planejamento / gestão]* e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes **OBJETIVOS**:

[atenção: quando a questão fala de iniciativa, inclui a sociedade, mas quando fala de organização, aí, é o poder público!]

I - universalidade da cobertura e do atendimento	<i>Não confunda com os objetivos do SUS.</i>
II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	<i>Todos têm o mesmo acesso aos benefícios da seguridade.</i>
III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	<i>Na falta de recursos, por exemplo, serão distribuídos os benefícios aos que mais precisam.</i>
IV - irredutibilidade do valor dos benefícios	<i>Mesmo em crise! Além de não reduzir, deve repor a inflação anual.</i>
V - equidade na forma de participação no custeio.	<i>Todos vão custear a seguridade, mas segundo a sua capacidade contributiva: quem ganha mais, contribui mais.</i>
VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as	<i>Vários recursos financiam a seguridade, evitando escassez e falta: contribuição sobre</i>



despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;	<i>o salário dos empregados, empregadores, impostos diversos.</i>
VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação: * dos trabalhadores, * dos empregadores, * dos aposentados e * do Governo nos órgãos colegiados.	<i>A participação que compõe o "quadripartite" costuma vir tudo trocado na prova.</i>

Este artigo sofreu alterações da Emenda Constitucional nº 10/2019, já atualizadas na tabela acima.



Avança SP / Prefeitura de São Miguel Arcanjo - SP / 2023 - Segundo o Art. 194 da Constituição Federal de 1988, o poder público organiza a Seguridade Social a partir dos seguintes objetivos, EXCETO:

- A Universalidade da cobertura e do atendimento.
- B Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- C Equidade na forma de participação no custeio.
- D Diversidade da base de financiamento.
- E Caráter democrático e centralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Comentários

O único erro está "disfarçado" na última alternativa, pois o caráter democrático e DEscentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação:

- * dos trabalhadores,
- * dos empregadores,
- * dos aposentados e
- * do Governo nos órgãos colegiados.

Alternativa: E.

Artigo 195

A seguridade social será **FINANCIADA** por toda a sociedade, de forma direta e indireta [impostos], nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:



I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:



- a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita ou o faturamento;
- c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, [de acordo com as faixas de salário] não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social;

III - sobre a receita de concursos de prognósticos *[loterias]*.

IV – do importador de bens ou serviços do exterior ou que a lei a ele equiparar.

Esses incisos representam a diversidade de recursos!

§ 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União. *[ou seja, estes entes devem contribuir com suas próprias rendas / recursos próprios, e não depender do recurso da União].*

§ 2º A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos. *[na prática, cada um faz seu orçamento, é aprovado pelos respectivos conselhos e segue o fluxo]*

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. *[Exemplo: um empresário que não está quite com suas obrigações fiscais não poderia contratar com o setor público, como participando de licitação. Nem pode pegar empréstimo / financiamento dos bancos públicos]*

§ 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I. *[Como criar um novo imposto para manter a seguridade, desde que aprovado pelo Congresso]*

§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total. *[ou seja, tem que ter "de onde" sair a verba para uma possível ampliação de benefício.]*

§ 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, "b". *[esquece esse artigo!]*



§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei. *(Ex. Ongs, Hospitais filantrópicos etc.)*

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. *[igualmente, não fixaria minha atenção neste artigo]*

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, sendo também autorizada a adoção de bases de cálculo diferenciadas apenas no caso das alíneas "b" e "c" do inciso I do caput. *[equidade na participação do custeio]*



§ 10. A *lei* definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

§ 11. São vedados a moratória *(compreendida como uma dilação ou atraso no pagamento de um débito)* e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses e, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput.

§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do caput, serão não-cumulativas.

§ 13. (Revogado).

§ 14. O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições. *[pode pular e bora pro próximo tema!]*

A última alteração de Emenda Constitucional que este artigo sofreu foi a 103/2019.



CEBRASPE / PGE-RO / 2022 - Assinale a opção correta, com base nos dispositivos constitucionais relativos à seguridade social.

A A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social não poderá contratar com o poder público, mas poderá, nos casos especificados em lei, receber incentivos fiscais ou creditícios.



B A seguridade social tem caráter democrático e administração descentralizada mediante gestão tripartite, com a participação de trabalhadores, de aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

C Entre os objetivos da seguridade social, inclui-se a diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

D A seguridade social é financiada, de forma direta e indireta, pelos recursos exclusivamente provenientes dos orçamentos da União e dos estados e pelas contribuições especiais.

E As receitas dos estados e do Distrito Federal destinadas à seguridade social devem constar dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.

Comentários

A Errada. CF. Art. 195. § 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

B Errada. CF. Art. 194. VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

C Certa. CF. Art. 194. VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;

D Errada. CF. Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de contribuições sociais.

E Errada. CF. Art. 195. § 1º As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

Alternativa: E.

1.3 - Saúde

Esse texto foi elaborado com base no Relatório final da 8ª CNS (1986).

Este é um importante marco, pois o SUS foi CRIADO pela CF/88. Você encontra este trecho lá no Título VIII: Da Ordem Social, no Capítulo II, da Seguridade Social, na Seção II: da Saúde.

A CF de 88 foi a sétima constituição do país, mas foi a primeira a ter uma sessão de saúde!

Vamos aos artigos!



Artigo 196

A saúde é DIREITO DE TODOS e DEVER DO ESTADO, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.



O artigo 2º da Lei 8080/90 trouxe o mesmo texto, no entanto, fez o seguinte complemento: "O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade."

Destaque na ampliação do direito à saúde, assim como na ampliação da responsabilidade do Estado em construir políticas sociais e econômicas. Em outras palavras, significa o fortalecimento do compromisso pela prevenção de saúde e de outros agravos relacionados (acidentes de trânsito, violência, uso de drogas psicoativas etc.).

Neste artigo também estão duas diretrizes do SUS: universalidade e igualdade.



FUNDATEC / Prefeitura de Dom Pedrito - RS / 2023 - Qual é o conteúdo do Art. 196 da Constituição Federal do Brasil?

- A Estabelece o direito à educação gratuita em todos os níveis de ensino.
- B Determina que a segurança pública é dever do Estado, mas é direito e responsabilidade de todos.
- C Assegura o direito à saúde como um dever do Estado, garantindo acesso universal e igualitário.
- D Garante o direito à liberdade de expressão e de manifestação cultural em todo o território nacional.
- E Determina que o Estado é responsável pela preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Comentários

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Alternativa: C.

Artigo 197

São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Atenção! O poder público faz o controle e afins, mas a execução é aberta para o direito privado!



E você se lembra como será a participação na iniciativa privada?

Lei 8080 90:

Art. 21. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

Art. 24. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Parágrafo único. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.



OBJETIVA / Prefeitura de Horizontina - RS / 2023 - De acordo com as disposições da Constituição Federal sobre saúde, assinalar a alternativa CORRETA:

- A Somente as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde.
- B É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- C Não há vedação na participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
- D A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

Comentários

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. *(D Certa)*

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. *(A Errada)*

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos. *(B errada)*

§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei. *(C Errada)*

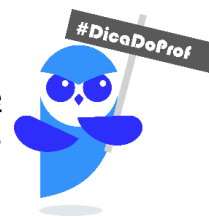
§ 4º - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Alternativa: D.



Artigo 198

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes DIRETRIZES:



Essas diretrizes são tão, tão e tão cobradas! Elas são a inspiração para os princípios do SUS que veremos expressos na Lei 8080/90.

DESCENTRALIZAÇÃO com direção única em cada esfera de governo.	ATENDIMENTO INTEGRAL com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.	PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE <i>(incluído pela Emenda constitucional 29 de 2000)</i>
---	--	--

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

I - no caso da UNIÃO, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15%;

II - no caso dos ESTADOS e do DF, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

OBSERVAÇÃO

NÃO costuma ser alvo de questões, para somente para que você compreenda melhor as citações do trecho anterior, trouxe do que se trata:



Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos, operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, propriedade de veículos automotores.

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Art. 159. A União entregará:



I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 50% (cinquenta por cento), da seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III - no caso dos MUNICÍPIOS e do DF, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

OBSERVAÇÃO

Pelos mesmos motivos anteriores, trago o texto literal desses artigos citados:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - 50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;

II - 50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural;

III - 50% do produto do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV - 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 50% (cinquenta por cento), da seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal



II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

Note que o Art. 159 é relativo a ambos!

§ 3º Lei complementar *(no caso, a Lei Complementar 141/2012)*, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:

I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do § 2º;

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;

IV - (revogado);



RESUMINDO

[Sobre toda essa parte de financiamento, cabe uma aula própria onde estará consolidado detalhes que extrapolam o texto da CF 88, por isso, leia com atenção, mas busque a aula de financiamento, caso este tópico esteja explícito no seu edital.]

§ 4º Os gestores locais do SUS poderão admitir ACS e ACE por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. *[Lembrando que temos as conformações mínimas de equipes, constante na PNAB]*

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de ACS e ACE, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial. *[Este assunto possui regulamentação na Lei 11350/2006, com todas suas alterações.]*

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de ACS e ACE poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.

[Pela EC 29, ficou definido que a União corrigiria anualmente o orçamento federal destinado à saúde pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Os estados ficaram obrigados a alocar, na função saúde, um percentual mínimo da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais estabelecido em 12%. Os municípios assumiram a responsabilidade de utilizar pelo menos 15% das suas receitas líquidas em saúde.]

Em 2022, tivemos alguns acréscimos pela EC 120/2022:

§ 7º O vencimento *[R\$]* dos ACS e ACE fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.



[Então, atenção! Vencimento é responsabilidade da União. Demais acréscimos, dos outros entes.]

§ 8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos ACS e ACE serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.

§ 9º O vencimento dos ACS e ACE não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 10. Os ACS e ACE terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos ACS e ACE não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.

§ 12. Lei federal instituirá pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. *[Essa é a grande luta da enfermagem!]*

§ 13. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final do exercício financeiro em que for publicada a lei de que trata o § 12 deste artigo, adequarão a remuneração dos cargos ou dos respectivos planos de carreiras, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos para cada categoria profissional.

§ 14. Compete à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% de seus pacientes pelo SUS, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o § 12 deste artigo. *[ou seja, haverá incentivo financeiro para o piso, nessas condições!]*

§ 15. Os recursos federais destinados aos pagamentos da assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, bem como aos prestadores de serviços contratualizados que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes pelo sistema único de saúde, para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o § 12 deste artigo serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva. *[para que fique garantido!]*



Avançar SP / Prefeitura de São Miguel Arcanjo - SP / 2023 - De acordo com o Art. 198 da Constituição Federal de 1988, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

A Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de saúde; Matricialidade sociofamiliar; e Territorialização.

B Universalidade; Equidade; e Integralidade.



C Descentralização, com direção única em cada esfera de governo; Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; e Participação da comunidade.

D Regionalização e hierarquização; Cuidado centrado na pessoa; Resolutividade; e Longitudinalidade do cuidado.

E Universalidade; Gratuidade; integralidade do cuidado; e Equidade.

Comentários

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Alternativa: C

INSTITUTO AOCP / SESA-BA / 2023 - No que diz respeito às disposições constitucionais acerca da saúde, assinale a alternativa INCORRETA.

A São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

B As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

C A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

D Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, é uma das diretrizes organizacionais do Sistema Único de Saúde.

E Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

Comentários

O único erro diz respeito à letra "C", visto que Art. 199. (...) § 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

As demais são cópias literais dos artigos: A (Art. 197), B (Art. 199), D e E (Art. 198).

Alternativa: C.



Artigo 199

A assistência à saúde é LIVRE À INICIATIVA PRIVADA.



§ 1º - As instituições privadas *poderão* participar de forma COM-PLE-MEN-TAR do SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. *[regras básicas da participação da iniciativa privada]*

A pegadinha básica é trocar o termo "complementar" por "suplementar".

§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções *[transferência para cobrir despesas de custeio]* às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei. *[Essa lista de exceções não é pequena e você verá na Lei 8080/90, no entanto, saiba que a regra geral é NÃO, mas esse "não" está aqui na CF.]*

§ 4º - A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização. *[Ex. A Força Aérea Brasileira é quem realizar o transporte aéreo de órgãos e tecidos para transplante.]*



CEBRASPE / Petrobras / 2023 - Com referência às leis e demais normas que estruturam e regem o sistema de saúde brasileiro, o exercício profissional da enfermagem e as práticas de biossegurança em saúde, julgue o item subsequente.

A iniciativa privada é parte indissociável do Sistema Único de Saúde.

Comentários

Segundo a CF e a Lei 8080 90, quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Ou seja, a iniciativa privada não é indissociável do SUS.

Alternativa: Errada.

Artigo 200

Ao SUS compete, além de outras ATRIBUIÇÕES, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos; *[Ex. ANVISA]*



II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; *[mais bem detalhado na Lei 8080 90]*

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde; *[caso contrário, quem executaria todas as programações?]*

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico; *[como não é um assunto SOMENTE da saúde, o SUS PARTICIPA, o que dá a entender que não faz sozinho.]*

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; *[Ex. Centros de Pesquisa, bolsas para pesquisadores, financiamento para este fim, etc.]*

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano; *[INMETRO, ANVISA, etc]*

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; *[Note que se algo afeta a saúde, direta ou indiretamente, terá participação do SUS]*

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. *[Novamente, temos um tema que mais de um órgão tem responsabilidade, por isso o termo "colaborar".]*



INSTITUTO AOCP / SESA-BA / 2023 - De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma competência do Sistema Único de Saúde.

- A Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
- B Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.
- C Colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- D Cobrir eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
- E Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

Comentários

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; (Alternativa: E)

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde; (Alternativa A)

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;



V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano; (Alternativa: B)

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. (Alternativa: C)

O erro está na D, visto que não consta no Art. 200, já que é responsabilidade da Previdência Social.

Alternativa: D.

QUESTÕES COMENTADAS

Como a aula, você vai notar questões de bancas e anos diferentes que cobram os mesmos pontos e, por isso, o conhecimento ficará bem fixado!

1. CONSULPAM / TCM-PA / 2023 - A seguridade social, conforme a Constituição Federal, é destinada a assegurar os direitos relativos a três áreas específicas. Assinale a alternativa que corresponde CORRETAMENTE ao disposto no art. 194 da referida norma.

A Saúde, Educação e Segurança.

B Assistência Social, Direitos Humanos e Saúde.

C Educação, Previdência Social e Segurança.

D Previdência Social, Saúde e Assistência Social.

Comentários.

Basta ver a própria descrição do Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Alternativa: D.

2. Quadrix / Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás - GO / 2023 - De acordo com a Constituição Federal de 1988, a seguridade social compreende

A um conjunto de ações de iniciativa exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, tendo como objetivo, entre outros, a universalidade da cobertura e do atendimento.



B um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, tendo como objetivo, entre outros, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços exclusivamente às populações urbanas.

C um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, tendo como objetivo, entre outros, a irredutibilidade do valor dos benefícios.

D um conjunto de ações de iniciativa exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, tendo como objetivo, entre outros, a equidade na forma de participação no custeio.

E um conjunto de ações de iniciativa exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, tendo como objetivo, entre outros, a seletividade e a distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

Comentários

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado (*não conta nas alternativas A, D e E*) de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
(*alternativa B Errada*)

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio; (*alternativa: C certa*)

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Alternativa: C.

3. Avança SP / Prefeitura de São Miguel Arcanjo - SP / 2023 - Tendo em vista o Art. 194 da Constituição Federal de 1988, que versa sobre a Seguridade Social brasileira, complete a frase abaixo, e marque a alternativa que contenha as palavras na ordem correta.



A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa _____ e _____, destinadas a assegurar os direitos relativos _____, _____ e _____.

- A Dos Poderes Públicos; da sociedade; saúde; previdência; assistência social .
- B Dos poderes públicos; da família; previdência, educação e assistência social.
- C Da família; da sociedade; saúde; previdência; assistência social.
- D Dos Poderes Públicos; da sociedade; saúde; educação; assistência social.
- E Dos poderes públicos; da sociedade; previdência, educação e assistência social.

Comentários.

Novamente acerca do mesmo ponto!

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Alternativa: A.

4. FGV / MPE-SP / 2023 - A Constituição Federal de 1988 (CF), apelidada de “Constituição Cidadã”, se destaca por apresentar, entre outras matérias, a concepção jurídica sobre a cidadania do brasileiro, tanto no que diz respeito aos direitos e deveres, como à proteção social deste cidadão. Em seu capítulo II, Art. 194, a CF dispõe sobre a Seguridade Social.

De acordo com o citado dispositivo constitucional, a seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos ao(à):

- A trabalho, à saúde, à previdência e à assistência social.
- B saúde, à previdência e à assistência social.
- C trabalho, à previdência e à assistência social.
- D trabalho, à saúde, e à previdência social.
- E previdência e à assistência social.

Comentários.

Decorou o SPA?

Art. 194. A seguridade social compreende, um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à

S: Saúde,

P: Previdência



A: Assistência social.

Alternativa: B.

5. FUNDATEC / Prefeitura de Dom Pedrito - RS / 2023 - Qual é o conteúdo do Art. 196 da Constituição Federal do Brasil?

A Estabelece o direito à educação gratuita em todos os níveis de ensino.

B Determina que a segurança pública é dever do Estado, mas direito e responsabilidade de todos.

C Assegura o direito à saúde como um dever do Estado, garantindo acesso universal e igualitário.

D Garante o direito à liberdade de expressão e de manifestação cultural em todo o território nacional.

E Determina que o Estado é responsável pela preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Comentários

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Alternativa: C.

6. INSTITUTO AOCP / MPE-RR / 2023 - O art. 198 da Constituição da República prescreve que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, donde se extrai que:

A o Sistema Único de Saúde tem caráter contributivo e está ligado aos institutos previdenciários das várias regiões do país.

B o Sistema Único de Saúde possui hierarquização segundo os níveis de complexidade da atenção: primária, secundária e terciária.

C o Sistema Único de Saúde, constituindo uma rede regionalizada e descentralizada, é articulado a partir das secretarias estaduais de saúde.

D o Sistema Único de Saúde, organizado com base na hierarquia e na disciplina, possui regime jurídico específico e diferenciado para seus servidores.

Comentários

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:



I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; *[as direções são: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde]*

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Apesar de não expresso, quando se diz atendimento integral, integra-se, portanto, todos os níveis, a saber: primário, secundário e terciário.

Vamos detalhar mais:

A Atenção Primária é constituída pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), pelos , pela e pelo enquanto o nível intermediário de atenção fica a encargo do SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel as Urgência), das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), e o atendimento de média e alta complexidade feito nos hospitais.

A Atenção Secundária é formada pelos serviços especializados em nível ambulatorial e hospitalar, com densidade tecnológica intermediária entre a atenção primária e a terciária, historicamente interpretada como procedimentos de média complexidade. Esse nível compreende serviços médicos especializados, de apoio diagnóstico e terapêutico e atendimento de urgência e emergência.

A Atenção Terciária ou alta complexidade designa o conjunto de terapias e procedimentos de elevada especialização. Organiza também procedimentos que envolvem alta tecnologia e/ou alto custo, como oncologia, cardiologia, oftalmologia, transplantes, parto de alto risco, traumatologia-ortopedia, neurocirurgia, diálise (para pacientes com doença renal crônica), otologia (para o tratamento de doenças no aparelho auditivo).

Alternativa: B.

7. Unesc / Prefeitura de Criciúma - SC / 2023 - Sobre as diretrizes do Sistema Único de Saúde, de acordo com o Art. 198 da Constituição Federal do Brasil de 1988, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes, EXCETO:

A O sistema único de saúde será financiado, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

B Participação da comunidade.

C Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

D Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

E Centralização, com direção única em cada esfera de governo.

Comentários



O erro está lá no final:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - DEScentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

Alternativa: E.

8. Quadrix / CRO-MS / 2023 - À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item. As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único e organizado, de acordo com a diretriz da descentralização, cuja direção é única em cada esfera de governo.

Comentários

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Alternativa: Certa.

9. INSTITUTO MAIS / Prefeitura de Santana de Parnaíba - SP / 2023 - De acordo com a Constituição Federal, o Sistema Único de Saúde (SUS) deverá ser financiado com auxílio, dentre outras fontes, do(a)

I. Seguridade Social. II. União e dos Estados. III. Distrito Federal e dos Municípios.

É correto o que se afirma em

A I, apenas.

B II, apenas.

C II e III, apenas.

D I, II e III.



Comentários

Art. 198, CF. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

Alternativa: D.

10. INSTITUTO AOCP / SESA-BA / 2023 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Nesse contexto, à luz da Constituição Federal, é correto afirmar que, anualmente, da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, a União deve aplicar em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de

- A 5% (cinco por cento).
- B 10% (dez por cento).
- C 15% (quinze por cento).
- D 20% (vinte por cento).
- E 25% (vinte e cinco por cento).

Comentários

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento);

Alternativa: C

11. Unesc / Prefeitura de Criciúma - SC / 2023 - Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da Lei:

- A Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, exceto as de saúde do trabalhador.
- B Colaborar na proteção do meio ambiente, nele não compreendido o do trabalho.
- C Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse ou não para a saúde.



D Participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.

E Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano e animal.

Comentários

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos; *(Alternativa C Errada e D Certa)*

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; *(Alternativa A Errada)*

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano; *(Alternativa E Errada)*

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. *(Alternativa B Errada).*

Alternativa: D.

12. Prefeitura de Bauru - SP / Prefeitura de Bauru - SP / 2023 - As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados:

A De forma, universal.

B De forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.

C De forma hierarquizada, cumprindo o princípio da equidade.

D De forma integral, em níveis de complexidade crescente.

Comentários

As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único. O fato de ser de complexidade crescente virá na Lei 8080/90, mas somente pelo trecho acima, já seria suficiente para acertar a questão.



Alternativa: B.

13. IBFC /Prefeitura de Cuiabá - MT / 2023 - De acordo com as disposições da Constituição Federal sobre saúde, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

() As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

() O Estado deve fomentar a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

A V - V - V

B V - F - V

C F - F - V

D V - V - F

Comentários

I e II Corretas, conforme Art. 199.

III Errada. Ainda, no mesmo artigo 199, é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Alternativa: D.

14. Quadrix / CRO-MS / 2023 - À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item abaixo.

As instituições privadas de assistência à saúde poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo diretrizes deste, mediante um contrato de direito público ou um convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Comentários

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Alternativa: Certa.



15. AMEOSC / Prefeitura de Itapiranga - SC / 2023 - Assinale a alternativa CORRETA quanto ao Art. 199, na Seção II, da saúde, da Constituição Federal, o qual aponta sobre a assistência à saúde pela iniciativa privada.

A As instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, mediante contrato de direito público ou convênio, sem estabelecimento de preferência entre as entidades.

B A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados.

C É facultativa a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.

D É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com ou sem fins lucrativos.

Comentários

A Errada. Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

B Certa. Conforme Art. 199§ 4º.

C Errada. Art. 199, § 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

D Errada. Art. 199 § 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Alternativa: B.

16. CPCON / Prefeitura de Catolé do Rocha - PB / 2023 - A Constituição Federal de 1988 foi o marco da criação do Sistema Único de Saúde. Em seus artigos 196 – 200, está descrita pela primeira vez a saúde como direito de cidadania. Sobre a saúde na Constituição, assinale as alternativas CORRETAS:

I- As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

II- Suas diretrizes são a descentralização, com direção compartilhada entre executivo e conselho de saúde em cada esfera de governo, atenção integral e participação da comunidade.

III- É atribuição do SUS, entre outras, fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

IV- Ao sistema único de saúde compete ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.



Estão CORRETAS as afirmativas:

- A I, II e III apenas.
- B I, III e IV, apenas.
- C I, II e IV, apenas.
- D I e III apenas.
- E I, II, III e IV.

Comentários

Tem erro apenas na II, conforme o Art. 198:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade.

Alternativa: B

17. Avança SP / Prefeitura de Laranjal Paulista - SP / 2022 - A nossa Constituição Federal de 1988 trata do direito à saúde como política social brasileira. De acordo com esse documento, considere os artigos abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.
- II - Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.
- III - A saúde é direito de todos e dever do cidadão, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso particular e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e revogação.

- A Apenas o item I está correto.
- B Apenas o item II está correto.
- C Apenas o item III está correto.
- D Apenas os itens I e II estão corretos.
- E Apenas os itens I e III estão corretos.



Comentários

I - Certa. Conforme o Art. 198, § 4º.

II - Certa. Conforme o Art. 198, § 1º.

III - Errada. Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Alternativa: D.

18. IBFC / PC-BA / 2022 - Sobre as disposições constitucionais sobre seguridade social, analise as afirmativas abaixo.

I. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais elencadas na Constituição Federal.

II. As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

III. Um dos objetivos da seguridade social é a universalidade da cobertura e do atendimento.

Estão corretas as afirmativas:

A I, II e III

B I e II apenas

C II e III apenas

D I e III apenas

E I apenas

Comentários

I - Certa. Cópia do Art. 195.

II - Certa. Cópia do Art. 195, § 1º.

III - Certa. Cópia do Art. 194.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento.

Alternativa: A.

19. Avançar SP / Câmara Municipal de Sorocaba / 2022 - O artigo 195 da Constituição Federal destaca que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta,



nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre algumas contribuições sociais. Dessas, temos a receita de concursos:

- A de prognósticos.
- B sem vínculo empregatício.
- C vinculados a ações de saúde.
- D de benefícios e serviços.
- E provenientes dos orçamentos da União.

Comentários

As contribuições são várias, mas note que o enunciado já fala de "concursos", logo, vamos revisar e dar ênfase onde essa palavra aparece:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) a receita ou o faturamento;

c) o lucro;

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social;

III - sobre a receita de concursos de prognósticos. *Alternativa: A.*

IV – do importador de bens ou serviços do exterior ou que a lei a ele equiparar.

Alternativa: A.

20. AMAUC / Prefeitura de Arabutã - SC / 2022 - De acordo com a Constituição Federal 1988, é INCORRETO afirmar que :

A O Art. 196, diz que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

B O Art. 199 diz que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

C O art 199 em seu parágrafo 2 veda a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

D O Art. 197 diz que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.



E O Art. 198 diz que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento parcial, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.

Comentários

Erro somente na última alternativa:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - DEScentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral (e não parcial), com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

Alternativa: E.

21. AMAUC / Prefeitura de Arabutã - SC / 2022 - Segundo a Constituição Federal, marque a alternativa CORRETA.

A Colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho, é atividade extracurricular do Sistema Único de Saúde.

B Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às epidemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

C As instituições privadas tem participação essencial no Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio.

D Ao Sistema Único de Saúde compete participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.

E A participação da comunidade compõe um dos princípios do Sistema Único de Saúde.

Comentários

A Errada. Art. 200. Ao SUS compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho

B Errada. Art. 198 § 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.



C Errada. Art. 199 § 1º As instituições privadas poderão (*e não essencial*) participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos

D Certa. Conforme Art. 200 - item VII.

E Errada. É uma DIRETRIZ e não um princípio, conforme Art. 198.

Alternativa: D.

22. IESES /SAP-SC / 2022 - Sobre o Artigo 196 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

A A saúde é direito daqueles que não possuem planos de saúde privados, e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

B A saúde é direito daqueles que pagam INPS, e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

C A saúde é direito daqueles que contribuem com a previdência social, e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

D A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

E A saúde não é um direito assegurado constitucionalmente, mas o Estado tem atuado de modo a tentar promover políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

Comentários

Basta conhecer, na íntegra:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Alternativa: D.

23. IESES / SAP-SC / 2022 - Segundo a Constituição Federal de 1988, a assistência à saúde é:

A Livre à iniciativa privada.

B Prestada apenas pelo setor privado.

C Prestada apenas pela participação social.



D Vetada à iniciativa privada.

E Incentivada à iniciativa privada.

Comentários

Vale a pena revisar tudo, pois cai demais:

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Alternativa: A.

24. IBADE / INOVA Capixaba - ES / 2022 - De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

A Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, vedada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.

B A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos apenas à assistência social.

C A seguridade social não será financiada pela sociedade.

D As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

E São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, sendo vedada a sua execução através de terceiros ou pessoas jurídicas de direito privado.

Comentários

A. Errada. Este artigo foi pedido a mais, mas todo o restante é coerente! CF, Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Parágrafo único. O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada,



na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.

B. Errada. CF, Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

C. Errada. CF, Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (...)

D. Certa. CF, Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (...)

E. Errada. CF, Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Alternativa: D.

25. FUNDATEC / AGERGS / 2022 - Assinale a alternativa que, à luz da Constituição Federal de 1988, NÃO contempla uma atribuição do Sistema Único de Saúde.

A Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.

B Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

C Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.

D Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

E Colaborar na proteção do meio ambiente, excetuado o do trabalho.

Comentários

Questão que vale revisar o artigo todo, pois é bastante cobrado e é tendo contato várias vezes, que você irá se acostumar.

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;



- III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;
- IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;
- V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;
- VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;
- VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
- VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. (Alternativa E Errada)

Alternativa: E.

26. FCC / DPE-PB / 2022 - Segundo texto expresso da Constituição Federal, uma diretriz das ações e serviços públicos que integram a saúde em sistema único é

- A a paridade com serviços privados
- B a participação da comunidade.
- C a universalidade dos serviços no campo da saúde básica.
- D a predominância do serviço municipal, com auxílio dos demais entes.
- E o atendimento integral, com prioridade ao enfrentamento da mortalidade infantil.

Comentários

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade.

As alternativas misturaram itens que não são diretrizes.

Alternativa: B.

27. Quadrix / SEDF / 2022 - De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Quanto às políticas de saúde pública vigentes no País, julgue o item.



Observado o disposto na CF e na Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, o custeio das ações de saúde é de responsabilidade exclusiva do governo federal ou da União.

Comentários

A seguridade social será FINANCIADA por toda a sociedade, de forma direta e indireta [impostos], nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e por diversas contribuições sociais.

Alternativa: Errada.

28. FUNDATEC / PGE-RS / 2021 - Considere as seguintes assertivas sobre a Saúde Pública consoante as disposições previstas na Constituição Federal:

I. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do artigo 195, além de outras fontes, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

II. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem destinar às ações e serviços públicos de saúde, anualmente, no mínimo 18% (dezoito por cento) de sua receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro.

III. A participação da comunidade é uma das 3 (três) diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Quais estão corretas?

- A Apenas II.
- B Apenas I e II.
- C Apenas I e III.
- D Apenas II e III.
- E I, II e III.

Comentários

I e III Certas. CF: Art. 198, § 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

II - Errada. No caso da União, não pode ser inferior a 15% e, por isso, já se torna incorreta.

Alternativa: C.

29. COSEAC / Prefeitura de Niterói - RJ / 2021 - Analise as afirmações abaixo sobre assistência à saúde pela iniciativa privada prevista na Constituição Federal de 1988.

I As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo as diretrizes de contrato de direito privado, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.



II É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, desde que prevista expressamente no contrato celebrado com o ente federativo.

III É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país.

IV A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, o processamento e a transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Está(ão) correta(s) somente:

A II.

B I, II e III.

C III.

D II, III e IV.

E IV.

Comentários

I Errada. As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo as diretrizes de contrato de DIREITO PÚBLICO OU CONVÊNIO, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

II Errada. É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, desde que prevista expressamente no contrato celebrado com o ente federativo. É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos

III Errada. É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde, salvo através de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos.

IV Errada. Conforme Art. 199, § 4º.

Alternativa: E.

30. FSPSS / FSPSS / 2021 - Segundo o Art. 199 da Constituição Federal, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, porém é condicionada pelos seguintes termos, EXCETO:

A É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.



B As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

C É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

D É vedada a participação estrangeira através de doações de organismos internacionais, mesmo vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos.

Comentários

A última alternativa apresenta confusão na escrita. O certo seria: "É vedada a participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde, no caso de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos."

Já fazendo o "gancho" com a aula Lei 8080/90, as exceções à negativa da Constituição será descrita assim:

Art. 23. É permitida a participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde nos seguintes casos:

I - doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos;

II - pessoas jurídicas destinadas a instalar, operacionalizar ou explorar:

a) hospital geral, inclusive filantrópico, hospital especializado, policlínica, clínica geral e clínica especializada; e

b) ações e pesquisas de planejamento familiar;

III - serviços de saúde mantidos, sem finalidade lucrativa, por empresas, para atendimento de seus empregados e dependentes, sem qualquer ônus para a seguridade social; e

IV - demais casos previstos em legislação específica.

Alternativa: D.

GABARITO

1.	D	9.	D	17.	D
2.	C	10.	C	18.	A
3.	A	11.	D	19.	A
4.	B	12.	B	20.	E
5.	C	13.	D	21.	D
6.	B	14.	Certa	22.	D
7.	E	15.	B	23.	A
8.	Certa	16.	B	24.	D



25. E
26. B

27. Errada
28. C

29. E
30.

LISTA DE QUESTÕES

1. CONSULPAM / TCM-PA / 2023 - A seguridade social, conforme a Constituição Federal, é destinada a assegurar os direitos relativos a três áreas específicas. Assinale a alternativa que corresponde CORRETAMENTE ao disposto no art. 194 da referida norma.

- A Saúde, Educação e Segurança.
- B Assistência Social, Direitos Humanos e Saúde.
- C Educação, Previdência Social e Segurança.
- D Previdência Social, Saúde e Assistência Social.

2. Quadrix / Prefeitura de Alto Paraíso de Goiás - GO / 2023 - De acordo com a Constituição Federal de 1988, a seguridade social compreende

- A um conjunto de ações de iniciativa exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, tendo como objetivo, entre outros, a universalidade da cobertura e do atendimento.
- B um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, tendo como objetivo, entre outros, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços exclusivamente às populações urbanas.
- C um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, tendo como objetivo, entre outros, a irredutibilidade do valor dos benefícios.
- D um conjunto de ações de iniciativa exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, tendo como objetivo, entre outros, a equidade na forma de participação no custeio.
- E um conjunto de ações de iniciativa exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, tendo como objetivo, entre outros, a seletividade e a distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

3. Avança SP / Prefeitura de São Miguel Arcanjo - SP / 2023 - Tendo em vista o Art. 194 da Constituição Federal de 1988, que versa sobre a Seguridade Social brasileira, complete a frase abaixo, e marque a alternativa que contenha as palavras na ordem correta.



A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa _____ e _____, destinadas a assegurar os direitos relativos _____, _____ e _____.

- A Dos Poderes Públicos; da sociedade; saúde; previdência; assistência social .
- B Dos poderes públicos; da família; previdência, educação e assistência social.
- C Da família; da sociedade; saúde; previdência; assistência social.
- D Dos Poderes Públicos; da sociedade; saúde; educação; assistência social.
- E Dos poderes públicos; da sociedade; previdência, educação e assistência social.

4. FGV / MPE-SP / 2023 - A Constituição Federal de 1988 (CF), apelidada de “Constituição Cidadã”, se destaca por apresentar, entre outras matérias, a concepção jurídica sobre a cidadania do brasileiro, tanto no que diz respeito aos direitos e deveres, como à proteção social deste cidadão. Em seu capítulo II, Art. 194, a CF dispõe sobre a Seguridade Social.

De acordo com o citado dispositivo constitucional, a seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos ao(à):

- A trabalho, à saúde, à previdência e à assistência social.
- B saúde, à previdência e à assistência social.
- C trabalho, à previdência e à assistência social.
- D trabalho, à saúde, e à previdência social.
- E previdência e à assistência social.

5. FUNDATEC / Prefeitura de Dom Pedrito - RS / 2023 - Qual é o conteúdo do Art. 196 da Constituição Federal do Brasil?

- A Estabelece o direito à educação gratuita em todos os níveis de ensino.
- B Determina que a segurança pública é dever do Estado, mas direito e responsabilidade de todos.
- C Assegura o direito à saúde como um dever do Estado, garantindo acesso universal e igualitário.
- D Garante o direito à liberdade de expressão e de manifestação cultural em todo o território nacional.
- E Determina que o Estado é responsável pela preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.



6. INSTITUTO AOCP / MPE-RR / 2023 - O art. 198 da Constituição da República prescreve que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, donde se extrai que:

A o Sistema Único de Saúde tem caráter contributivo e está ligado aos institutos previdenciários das várias regiões do país.

B o Sistema Único de Saúde possui hierarquização segundo os níveis de complexidade da atenção: primária, secundária e terciária.

C o Sistema Único de Saúde, constituindo uma rede regionalizada e descentralizada, é articulado a partir das secretarias estaduais de saúde.

D o Sistema Único de Saúde, organizado com base na hierarquia e na disciplina, possui regime jurídico específico e diferenciado para seus servidores.

7. Unesc / Prefeitura de Criciúma - SC / 2023 - Sobre as diretrizes do Sistema Único de Saúde, de acordo com o Art. 198 da Constituição Federal do Brasil de 1988, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes, EXCETO:

A O sistema único de saúde será financiado, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

B Participação da comunidade.

C Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

D Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

E Centralização, com direção única em cada esfera de governo.

8. Quadrix / CRO-MS / 2023 - À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item. As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único e organizado, de acordo com a diretriz da descentralização, cuja direção é única em cada esfera de governo.

9. INSTITUTO MAIS / Prefeitura de Santana de Parnaíba - SP / 2023 - De acordo com a Constituição Federal, o Sistema Único de Saúde (SUS) deverá ser financiado com auxílio, dentre outras fontes, do(a)

I. Seguridade Social. II. União e dos Estados. III. Distrito Federal e dos Municípios.

É correto o que se afirma em

A I, apenas.



- B II, apenas.
- C II e III, apenas.
- D I, II e III.

10. INSTITUTO AOCP / SESA-BA / 2023 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Nesse contexto, à luz da Constituição Federal, é correto afirmar que, anualmente, da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, a União deve aplicar em ações e serviços públicos de saúde o mínimo de

- A 5% (cinco por cento).
- B 10% (dez por cento).
- C 15% (quinze por cento).
- D 20% (vinte por cento).
- E 25% (vinte e cinco por cento).

11. Unesc / Prefeitura de Criciúma - SC / 2023 - Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da Lei:

- A Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, exceto as de saúde do trabalhador.
- B Colaborar na proteção do meio ambiente, nele não compreendido o do trabalho.
- C Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse ou não para a saúde.
- D Participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
- E Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano e animal.

12. Prefeitura de Bauru - SP / Prefeitura de Bauru - SP / 2023 - As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados:

- A De forma, universal.
- B De forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.
- C De forma hierarquizada, cumprindo o princípio da equidade.
- D De forma integral, em níveis de complexidade crescente.



13. IBFC /Prefeitura de Cuiabá - MT / 2023 - De acordo com as disposições da Constituição Federal sobre saúde, analise as afirmativas a seguir e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

() As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

() O Estado deve fomentar a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

A V - V - V

B V - F - V

C F - F - V

D V - V - F

14. Quadrix / CRO-MS / 2023 - À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item abaixo.

As instituições privadas de assistência à saúde poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo diretrizes deste, mediante um contrato de direito público ou um convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

15. AMEOSC / Prefeitura de Itapiranga - SC / 2023 - Assinale a alternativa CORRETA quanto ao Art. 199, na Seção II, da saúde, da Constituição Federal, o qual aponta sobre a assistência à saúde pela iniciativa privada.

A As instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, mediante contrato de direito público ou convênio, sem estabelecimento de preferência entre as entidades.

B A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados.

C É facultativa a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.

D É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com ou sem fins lucrativos.

16. CPCON / Prefeitura de Catolé do Rocha - PB / 2023 - A Constituição Federal de 1988 foi o marco da criação do Sistema Único de Saúde. Em seus artigos 196 – 200, está descrita pela



primeira vez a saúde como direito de cidadania. Sobre a saúde na Constituição, assinale as alternativas CORRETAS:

- I- As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.
- II- Suas diretrizes são a descentralização, com direção compartilhada entre executivo e conselho de saúde em cada esfera de governo, atenção integral e participação da comunidade.
- III- É atribuição do SUS, entre outras, fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.
- IV- Ao sistema único de saúde compete ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- A I, II e III apenas.
- B I, III e IV, apenas.
- C I, II e IV, apenas.
- D I e III apenas.
- E I, II, III e IV.

17. Avança SP / Prefeitura de Laranjal Paulista - SP / 2022 - A nossa Constituição Federal de 1988 trata do direito à saúde como política social brasileira. De acordo com esse documento, considere os artigos abaixo e assinale a alternativa correta:

- I - O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.
- II - Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.
- III - A saúde é direito de todos e dever do cidadão, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso particular e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e revogação.

- A Apenas o item I está correto.
- B Apenas o item II está correto.
- C Apenas o item III está correto.
- D Apenas os itens I e II estão corretos.
- E Apenas os itens I e III estão corretos.



18. IBFC / PC-BA / 2022 - Sobre as disposições constitucionais sobre seguridade social, analise as afirmativas abaixo.

I. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais elencadas na Constituição Federal.

II. As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

III. Um dos objetivos da seguridade social é a universalidade da cobertura e do atendimento.

Estão corretas as afirmativas:

A I, II e III

B I e II apenas

C II e III apenas

D I e III apenas

E I apenas

19. Avanço SP / Câmara Municipal de Sorocaba / 2022 - O artigo 195 da Constituição Federal destaca que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre algumas contribuições sociais. Dessas, temos a receita de concursos:

A de prognósticos.

B sem vínculo empregatício.

C vinculados a ações de saúde.

D de benefícios e serviços.

E provenientes dos orçamentos da União.

20. AMAUC / Prefeitura de Arabutã - SC / 2022 - De acordo com a Constituição Federal 1988, é INCORRETO afirmar que :

A O Art. 196, diz que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

B O Art. 199 diz que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

C O art 199 em seu parágrafo 2 veda a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.



D O Art. 197 diz que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

E O Art. 198 diz que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento parcial, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.

21. AMAUC / Prefeitura de Arabutã - SC / 2022 - Segundo a Constituição Federal, marque a alternativa CORRETA.

A Colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho, é atividade extracurricular do Sistema Único de Saúde.

B Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às epidemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

C As instituições privadas têm participação essencial no Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio.

D Ao Sistema Único de Saúde compete participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.

E A participação da comunidade compõe um dos princípios do Sistema Único de Saúde.

22. IESES /SAP-SC / 2022 - Sobre o Artigo 196 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

A A saúde é direito daqueles que não possuem planos de saúde privados, e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

B A saúde é direito daqueles que pagam INPS, e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

C A saúde é direito daqueles que contribuem com a previdência social, e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

D A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.



E A saúde não é um direito assegurado constitucionalmente, mas o Estado tem atuado de modo a tentar promover políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

23. IESES / SAP-SC / 2022 - Segundo a Constituição Federal de 1988, a assistência à saúde é:

- A Livre à iniciativa privada.
- B Prestada apenas pelo setor privado.
- C Prestada apenas pela participação social.
- D Vetada à iniciativa privada.
- E Incentivada à iniciativa privada.

24. IBADE / INOVA Capixaba - ES / 2022 - De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- A Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, vedada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- B A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos apenas à assistência social.
- C A seguridade social não será financiada pela sociedade.
- D As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.
- E São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, sendo vedada a sua execução através de terceiros ou pessoas jurídicas de direito privado.

25. FUNDATEC / AGERGS / 2022 - Assinale a alternativa que, à luz da Constituição Federal de 1988, NÃO contempla uma atribuição do Sistema Único de Saúde.

- A Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
- B Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- C Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
- D Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.



E Colaborar na proteção do meio ambiente, excetuado o do trabalho.

26. FCC / DPE-PB / 2022 - Segundo texto expresso da Constituição Federal, uma diretriz das ações e serviços públicos que integram a saúde em sistema único é

- A a paridade com serviços privados
- B a participação da comunidade.
- C a universalidade dos serviços no campo da saúde básica.
- D a predominância do serviço municipal, com auxílio dos demais entes.
- E o atendimento integral, com prioridade ao enfrentamento da mortalidade infantil.

27. Quadrix / SEDF / 2022 - De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Quanto às políticas de saúde pública vigentes no País, julgue o item.

Observado o disposto na CF e na Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, o custeio das ações de saúde é de responsabilidade exclusiva do governo federal ou da União.

28. FUNDATEC / PGE-RS / 2021 - Considere as seguintes assertivas sobre a Saúde Pública consoante as disposições previstas na Constituição Federal:

I. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do artigo 195, além de outras fontes, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

II. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem destinar às ações e serviços públicos de saúde, anualmente, no mínimo 18% (dezoito por cento) de sua receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro.

III. A participação da comunidade é uma das 3 (três) diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Quais estão corretas?

- A Apenas II.
- B Apenas I e II.
- C Apenas I e III.
- D Apenas II e III.
- E I, II e III.



29. COSEAC / Prefeitura de Niterói - RJ / 2021 - Analise as afirmações abaixo sobre assistência à saúde pela iniciativa privada prevista na Constituição Federal de 1988.

I As instituições privadas poderão participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo as diretrizes de contrato de direito privado, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

II É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, desde que prevista expressamente no contrato celebrado com o ente federativo.

III É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país.

IV A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, o processamento e a transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Está(ão) correta(s) somente:

A II.

B I, II e III.

C III.

D II, III e IV.

E IV.

30. FSPSS / FSPSS / 2021 - Segundo o Art. 199 da Constituição Federal, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, porém é condicionada pelos seguintes termos, EXCETO:

A É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

B As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

C É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

D É vedada a participação estrangeira através de doações de organismos internacionais, mesmo vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos.



RESUMO

Vejamos pontos importantes, artigo por artigo:

SEGURIDADE SOCIAL

Art. 194: conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Tem os seguintes objetivos: → Universalidade, → Uniformidade → Seletividade → Irredutibilidade dos valores → Equidade de custeio → Diversidade de financiamento → Gestão quadripartite: trabalhadores, empregados, aposentados e governo.	Art. 195: A seguridade social será FINANCIADA por toda a sociedade e gestores, por meio de: → Empregador: folha de salários, faturamento, lucro. → Trabalhador e dos demais segurados: alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição. → Receita de concursos de prognósticos.. → Importador de bens ou serviços do exterior.
--	---

SAÚDE

Art. 196: Saúde é <u><i>direito de todos e dever do Estado</i></u> mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.	Art. 197: São de relevância pública as ações e serviços de saúde, <u><i>cabendo ao Poder Público</i></u> dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
Art. 198: As ações e serviços públicos de saúde integram uma <u>rede regionalizada e hierarquizada</u> e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes <u>DIRETRIZES</u>: → descentralização, → atendimento integral e → participação da comunidade.	Art. 199: A assistência à saúde é LIVRE À INICIATIVA PRIVADA, desde que de forma COM-PLE-MEN-TAR,, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. É <u><i>vedada</i></u> a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas <u><i>com fins lucrativos</i></u>, bem como a participação direta ou indireta de empresas ou CAPITAIS ESTRANGEIROS na assistência à



	saúde no País, <u>salvo nos casos previstos em lei.</u>
Art. 200. São atribuições do SUS: I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde; II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; ; III - ordenar a formação de recursos humanos; IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico; ; V - incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano; VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.	

Uma excelente prova para você!

Te espero no meu *Instagram*: @enfermagemesus e no do *Estratégia*, também: @estrategia.saude



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.